



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

O Presidente,

Maximiano Simões

AVISO nº08/2011

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RJEP A TERMO RESOLUTIVO CERTO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – Auxiliar de Acção Educativa

Nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 6º, artigos 50º a 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do disposto nos artigos 19º e seguintes da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que, por Deliberação da Câmara Municipal de 3 de Março de 2011, e depois de consultada a DGAEP, que assegura transitoriamente as funções da ECCRC, que informa que não tendo, ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, **se encontra aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar da data da publicação deste aviso, **Procedimento Concursal Comum** para a ocupação de **2 (dois) postos de trabalho** em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo, para o desenvolvimento das actividades correspondentes ao respectivo conteúdo funcional, em conformidade com o previsto no mapa de pessoal aprovado, para a Carreira e Categoria de **Assistente Operacional** para exercício de funções, no Gabinete de Acção Social, Educação e Saúde, nomeadamente na área das Escolas e dos jardins de Infância, para desempenho de funções correspondentes à extinta categoria de Auxiliar de Acção Educativa, pelo período de **1 ano**, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 93º da Lei 59/2008, de 11 de Setembro, para fazer face às competências delegadas nas Autarquias relativamente ao auxílio a prestar às escolas, justificando-se assim o estabelecimento de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo.

1 - Descrição sumária das funções – Funções constantes no anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro referido no n.º 2 do artigo 49º da mesma Lei;

2 – Caracterização do posto de trabalho:

Assistente Operacional para exercício de funções, no Gabinete de Acção Social, Educação e Saúde, nomeadamente na área das Escolas e Jardins de Infância, para desempenho de funções correspondentes à extinta categoria de Auxiliar de Acção Educativa.

3 – Posição Remuneratória de Referência – Nível 1, 1ª Posição da Tabela Remuneratória Única.

4 – Prazo de validade – O procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 – Legislação aplicável – Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº145-A/2011, e Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho, Lei 12-A/2010, 30 de Junho e Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

6 – Local de trabalho – O local de trabalho situa-se na área do Município de Constância.

7 - Requisitos de admissão:

7.1 – Os requisitos gerais de admissão definidos no artigo 8º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os seguintes:



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.

7.2 – Habilitações Literárias exigidas – Escolaridade obrigatória.

7.3 - Requisitos de Vínculo:

1.ª FASE: Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem em qualquer das seguintes situações previstas no artigo 6.º, n.º 5 e artigo 52º da LVCR;

2.ª FASE: Em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos da 1ª fase, proceder-se-á, em fase subsequente, ao recrutamento a partir de candidatos sem relação jurídica de emprego público ou trabalhadores de qualquer órgão ou serviço, que se encontrem em qualquer das seguintes situações constantes nos art.º 6.º n.º 6 e alínea d) do n.º 1 do art.º 52 da LVCR

7.4 – A este concurso não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Constância idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

8 – Forma de apresentação das candidaturas:

8.1 – As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no Posto de Atendimento desta Autarquia e na página electrónica e ainda entregue pessoalmente, remetida pelo correio registado com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Constância, Estrada Nacional 3, 2250-028 Constância ou por e-mail para geral@cm-constancia.pt, devendo constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos: Identificação completa do candidato (nome, estado civil, profissão, data de nascimento, nacionalidade, filiação, número do Bilhete de Identidade ou de Cartão de Cidadão, número de Contribuinte Fiscal, residência, código postal, número de telefone e endereço electrónico caso exista).

8.2 – A apresentação de candidatura em suporte de papel deverá ser acompanhada, *sob pena de exclusão*, de fotocópia legível do certificado de Habilitações Literárias, fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão, fotocópia do Cartão de Contribuinte, e Curriculum Vitae, devidamente detalhado e assinado.

8.3 – Na apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), b), c), d) e e) do número 7.1 do presente aviso, devem os candidatos declarar no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos, bem como os demais factos constantes na candidatura.

9 - O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

9.1 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal, nos termos da lei penal.

10 – Quotas de emprego:

10.1 – De acordo com o n.º 3 dos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

10.2 - Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos do diploma supra mencionado.

11 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, O Município de Constância, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 – Métodos de selecção:

12.1 – Prova de avaliação curricular – visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Na avaliação curricular são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para os postos de trabalho a ocupar, entre os quais obrigatoriamente os seguintes:

- a) Habilitação académica ou nível de qualificação, certificado pelas entidades competentes;
- b) Formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- c) A experiência profissional com a incidência sobre a execução de actividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas e,
- d) Avaliação do desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou actividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

12.2 - Prova de entrevista de avaliação de competências – visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre os comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

12.3 – Estas provas serão valoradas de 0 a 20 valores e, nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem no serviço de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Constância.

A **classificação final** dos candidatos será expressa na escala de zero a vinte valores e resultará da média aritmética obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC \times 45\% + EAC \times 55\%, \text{ em que:}$$

CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista Avaliação de Competências.

13 – Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Os candidatos aprovados em cada método de selecção são convocados para a realização do método seguinte através de notificação, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30º da Portaria supra referida.

A lista alfabética de ordenação dos candidatos será elaborada após aplicação de cada método, afixada nas instalações da Câmara Municipal de Constância e publicada na sua página de Internet, em: www.cm-constancia.pt - Início - Órgãos Autárquicos - Câmara Municipal - Recursos Humanos - Concurso de Pessoal.

14 – Composição do júri: Presidente – Francisco José Caipirra Covas, Chefe da Divisão de Administração e Finanças; vogais efectivos – Maria João Pereira Ferreira, Técnica Superior e Elsa Cristina Guerreiro Lopes Agostinho, Técnica Superior. Vogal Suplente: Isabel Margarida Vidal Almeida Augusto, Técnica Superior.

9-



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

15 – A publicitação da Lista Unitária de Ordenação Final é efectuada através afixação em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Constância, disponibilizada na sua página electrónica - www.cm-constancia.pt e publicada em Diário da Republica, nos termos do artigo 36º da Portaria nº83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção dada pela Portaria nº145-A/2011, de 6 de Abril.

Paços do Município de Constância, 5 de Abril de 2011,

O Presidente da Câmara

Máximo de Jesus Afonso Ferreira

Máximo de Jesus Afonso Ferreira